

Parecer Técnico nº 01/2018/CTPNRH/CNRH

**Assunto:** Minuta de Resolução CNRH que “*Aprova a proposta de Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai*” – Processo SEI: 02000.000835/2018-22.

**Origem:** SRHU/CNRH/CTPNRH

## **Introdução**

1. Este parecer tem como objetivo apresentar minuta de Resolução a ser analisada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com vistas à aprovação da proposta de Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (minuta em anexo).

## **Histórico**

2. A Resolução nº 152, de 17 de dezembro de 2013, decidiu pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH - Paraguai) e a constituição de Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai (GAP). E em seu Art. 3º consta que: Caberá à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH analisar os resultados da elaboração do PRH - Paraguai, nas fases de Diagnóstico, Prognóstico e Plano de Ações, objetivando subsidiar a sua deliberação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

3. A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH acompanhou todas as etapas de planejamento e execução do plano, por meio de diversas reuniões e debates, tais como, 94ª Reunião (19 e 20 de outubro de 2016) e 97ª Reunião (07 e 08 de junho de 2017).

4. Adicionalmente, na 98ª Reunião da CTPNRH (17 e 18 de agosto de 2017) foi realizada apresentação, seguida de debates, sobre os licenciamentos de empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, contendo um levantamento dos processos de licenciamento do Mato Grosso – MT, cronograma de atividades e descrição sucinta dos impactos, realizada pela Sra. Lilian Ferreira (SEMA/MT).

5. O plano proposto a ser discutido no CNRH já foi aprovado pelo Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do

Paraguai (GAP) em sua 15ª Reunião ocorrida em 13 de dezembro de 2017 (ATA em anexo).

6. Neste sentido, o GAP encaminhou ao CNRH, em 19 de janeiro de 2018, por meio do Ofício 05/2018 (Documento SEI-0132459 em anexo), minuta do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, contendo apresentação do plano e informado que: *“os estudos apresentados foram debatidos em duas rodadas de eventos públicos, que aconteceram nos meses de julho-agosto e novembro-dezembro de 2017, envolvendo as cidades de Corumbá, Bonito e Coxim, no estado do Mato Grosso do Sul, e Rondonópolis. Cáceres e Cuiabá, no estado do Mato Grosso. Esses eventos contaram com reuniões abertas à sociedade em geral e oficinas voltadas aos membros de comitês de bacia hidrográfica e técnicos ligados à temática da água”*.

7. Após o recebimento do ofício, o referido Plano foi apresentado à Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH em sua 100ª Reunião, ocorrida em 30 de janeiro de 2018, sendo objeto de amplo debate quanto ao seu conteúdo. Durante a reunião a Sra. Debora Calheiros representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – (Fonasc) disponibilizou a Nota Técnica (NT) Avaliação do Mapa de Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com vistas à Proteção dos Recursos Hídricos da RH Paraguai de outubro/2017 (em anexo). Destaca-se que a nota não foi encaminhada aos membros da CTPNRH com antecedência para apreciação na reunião.

8. Foi informado pelos representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), durante a reunião da CTPNRH, que a Nota Técnica do Fonasc em referência foi enviada à ANA, durante a elaboração do plano. Além disso, os pontos abordados nesta foram debatidos pelo GAP na 14ª Reunião do GAP (Ata em anexo), quando foi apresentado o Mapa de Áreas sujeitas a restrição de uso” (Relatório PP-05) pela Engecorps Engenharia, e incorporados ao PRH Paraguai no que couberam. A consolidação das repostas à NT da Fonasc elaborada pela ANA/Engecorps/GAP encontra-se em anexo.

9. Após debates ocorridos na 100ª Reunião, a CTPNRH recomendou a aprovação do PRH-Paraguai, e que as questões da NT da Fonasc deveriam ser tratadas durante a implementação do plano, e que seriam objeto de complementações posteriores.

10. Por último, informa-se que durante a 100ª Reunião da CTPNRH houveram os seguintes encaminhamentos:

- Aprovação do encaminhamento do PRH-Paraguai para o CNRH;
- O Parecer de encaminhamento do PRH-Paraguai ao CNRH deve considerar a NT disponibilizada pelo Fonasc, além de anexar as respostas produzidas pela ANA/Engecorps/GAP em resposta ao Fonasc;
- Na próxima reunião da CTPNRH será apresentada pela Fonasc proposta de alteração da composição do GAP.

### **Apresentação do PRH do Paraguai**

11. A Bacia do Alto Paraguai delimita uma área de cerca de 600.000 km<sup>2</sup>, abrangendo parte do território brasileiro, bem como parte dos territórios do Paraguai e da Bolívia. A porção brasileira desta bacia representa aproximadamente 61% de sua área total e corresponde a uma das 12 Regiões Hidrográficas brasileiras, denominada RH-Paraguai, sendo limítrofe às Regiões Hidrográficas Amazônica, Tocantins-Araguaia e Paraná. A RH-Paraguai é marcada pela clara macrocompartimentação física em duas grandes unidades de relevo: o planalto e a planície pantaneira. Apesar de constituírem duas regiões com características bastante distintas, essas duas unidades possuem inquestionável relação de interdependência. Fonte: (PRH – Paraguai)

12. Destaca-se que o PRH- Paraguai é uma das ações previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito do Programa III – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos – sendo explicitado no detalhamento do Subprograma III.6 – Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos Hídricos em Classes de Uso.

13. Característica marcante da região hidrográfica do Paraguai é a inexistência de um Comitê de Bacia, que ensejou a criação de um Grupo de Acompanhamento do Plano (GAP) que poderá incitar a proposição de um futuro Comitê.

14. Assim sendo, adquiriu especial relevância para a elaboração do PRH Paraguai a realização de diversas reuniões públicas e oficinas regionais do plano de ações, que tiveram o objetivo de aumentar a participação social, mobilização, difusão. Informando e ouvindo a sociedade da bacia, e contribuindo para uma construção participativa do plano.

15. Os trabalhos do PRH-Paraguai tiveram início em dezembro de 2014 e se

desenvolveram por um período de três anos, contando com a participação ativa do GAP e dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fonte: (PRH – Paraguai). Sendo que o plano foi estruturado em três grandes etapas:

- Etapa 1 Diagnóstico: Caracterização Temática da Região Hidrográfica do rio Paraguai; Disponibilidade Hídrica Quanti-Qualitativa Superficial e Subterrânea; Avaliação dos Usos Atuais da Água e das Demandas Hídricas Associadas; Balanço entre Disponibilidades e Demandas Hídricas Quanti-Qualitativas; Panorama da Gestão de Recursos Hídricos na RH-Paraguai; Diagnóstico Integrado.
- Etapa 2 – Prognóstico: Cenários Futuros para a RH-Paraguai; Demandas e Balanços Hídricos Quanti-Qualitativos Futuros; Identificação de Áreas Críticas e o Cenário do PRH Paraguai.
- Etapa 3 – Plano de Ações: Diretrizes para a Gestão dos Recursos Hídricos da RH-Paraguai; Objetivos, Metas e Programas de Ações do PRH Paraguai; Estratégias Institucionais; Caminhos para Implementação e Monitoramento do PRH Paraguai.

## Conclusões

16. A representante do Fonasc na CTPNRH apresentou Nota Técnica específica sobre o mapa de áreas de restrição de uso, informando que não se tratou de desqualificação de todo processo de construção do PRH-Paraguai e sim de solicitação para que o tema fosse discutido.

17. A CTPNRH decidiu por recomendar ao CNRH a aprovação PRH-Paraguai e que as questões levantadas na Nota Técnica - Avaliação do Mapa de Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com vistas à Proteção dos Recursos Hídricos da RH Paraguai de outubro/2017, sejam discutidas e aprimoradas durante a implementação do plano.

18. A CTPNRH destacou-se a importância de se aproveitar a ocasião da implementação do PRH-Paraguai para acelerar o processo de implementação e fortalecimento do SINGREH na Região, inclusive quanto à criação de um futuro Comitê de Bacia.

19. Entende-se que o PRH-Paraguai contém elementos essenciais para orientar a implementação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como o alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

20. Considera-se que os trabalhos consubstanciados no PRH-Paraguai, conduzidos pela Agência Nacional de Águas (ANA), foram desenvolvidos segundo os fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, atendendo ao previsto na Lei

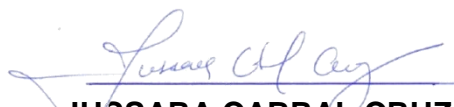
9.433/1997. Além disso, o plano seguiu o preconizado pela Resolução CNRH n° 145/2012, no que concerne ao conteúdo, ao processo participativo adotado e ao arranjo institucional necessário, em decorrência da inexistência do comitê de bacia.

21. Pelo exposto, a CTPNRH decidiu por recomendar ao CNRH que aprovasse a resolução.

22. Esse é o parecer, elaborado conjuntamente com a relatoria.

Brasília, 08 fevereiro de 2018.

Atenciosamente,



**JUSSARA CABRAL CRUZ**  
Presidente da CTPNRH